



Pimenta
[Handwritten signature]

ATA N.º 01/2026

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AREOSA

Ata da reunião ordinária da Assembleia de Freguesia de Areosa realizada a 27 de abril de 2026

----- Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, reuniu-se a Assembleia de Freguesia de Areosa, no salão nobre da sede da Junta de Freguesia de Areosa, sito no Largo da Liberdade, número vinte e quatro, sob a presidência do seu presidente João José Ribeiro de Azevedo, tendo como primeira secretária e segunda secretária Anabela Maria Abreu Ramos Seixas Pimenta e Teresa Raquel de Castro Cerqueira Lopes, respetivamente. -----

----- A Junta de Freguesia fez-se representar pela Presidente, Maria Filomena Fernandes Alves Rolo, pela Secretária, Ângela Catarina de Castro Cerqueira e pelo Tesoureiro André Martins Barreiros.

----- Aberta a sessão pelo Presidente da Assembleia de Freguesia, pelas vinte e uma horas, verificou-se as presenças dos deputados eleitos pelo Partido Socialista (doravante PS), Lara Cristina Carvalho Sales Gomes, Pedro Miguel Fernandes Dantas da Rocha e Sandra Pinto Mina; do deputado eleito pela Lista Independente por Areosa (doravante LIPA), Daniel Pedro Pinto Silva; da deputada eleita pela AD – Coligação PSD/CDS, Diana Martins Branco Moraes; e do deputado eleito pelo Partido CHEGA, Paulo Jorge Correia Fernandes, tendo saudado todos os presentes. -----

----- Nos termos do disposto nos números três e quatro do artigo 57.º da Lei número 75/2013, de doze de setembro, e ainda, do disposto nos números três e quatro do artigo 41.º do Regimento da Assembleia, deliberou a Assembleia de Freguesia de Areosa aprovar em minuta, a ata e o texto das deliberações tomadas na reunião de vinte e sete de abril de dois mil e vinte e seis, e a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como, os originais das Moções, Recomendações e Propostas a ata em minuta. -----

----- O Presidente da Mesa deu imediatamente início à ordem de trabalhos desta sessão, passando à leitura da mesma, composta pelos seguintes pontos: -----


Pimenta

PERÍODO PRÉVIO -----

----- 1. Leitura e aprovação da ata relativa à última sessão ordinária (ata n.º 5/2025 de 29 de dezembro de 2025). -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (PAOD) -----

----- 1. Período antes da ordem do dia. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA (POD) -----

----- 1. Informação da Presidente da Junta; -----

----- 2. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas de 2025; -----

----- 3. Apresentação, apreciação e votação do Modelo – 1 Divulgação do Inventário do Património; -----

----- 4. Apresentação, apreciação e votação do Orçamento 1ª Alteração Modificativa – Modificação Ano de 2026 – Mapa de Modificações das Grandes Opções do Plano para o ano financeiro de 2026; -----

----- 5. Apresentação, apreciação e votação do Regulamento da Organização dos Serviços da Junta de Freguesia de Areosa; -----

----- 6. Apresentação, discussão e votação do Mapa de Pessoal – Ano de 2026; -----

----- 7. Intervenção do Público (PIP). -----

----- 8. Leitura, apreciação e votação da ata em minuta. -----

----- Entrando-se no ponto um do Período Prévio, o Presidente da Mesa, colocou à consideração dos deputados e deputadas presentes, a dispensa da leitura da ata, passando-se imediatamente à aprovação da mesma, uma vez que todos tiveram conhecimento da mesma atempadamente. Neste momento, fez uma ressalva a todos os deputados que, aquando do pedido de sugestões e/ou correções à ata, apenas recebeu um email com sugestões. O deputado Pedro Rocha pediu a palavra e, emitiu opinião no sentido de ser efetuada a leitura, em virtude de estarem bastantes fregueses presentes nesta Assembleia. Procedeu-se assim, à leitura da mesma, seguindo-se a votação. Colocada à votação, foi a ata aprovada por maioria, com: -----

----- Votos a favor: oito (três votos da LIPA, um voto da AD – Coligação PSD/CDS, três votos do PS e um voto do Partido CHEGA); -----

----- Abstencões: uma da AD – Coligação PSD/CDS. -----

----- Dando continuidade à ordem de trabalhos, passou-se ao ponto um do Período antes da ordem do dia. -----

----- Neste momento, o Presidente da Mesa, abordou a extemporaneidade do Regimento da Assembleia de Freguesia, reforçando a necessidade da atualização deste documento. Dá nota de que, apesar de ter sugerido na última assembleia, a constituição de um grupo de trabalho para esse fim, atendendo aos custos associados às comissões de trabalho, solicita antes, que os deputados e deputadas que assim entendam, façam chegar sugestões de atualização e melhoria do documento, de forma que essas alterações sejam votadas numa próxima Assembleia. -----

----- Seguidamente, apresentou e entregou a cada um dos deputados e deputadas documento com os tempos que cada um dispõe para intervir em cada ponto, de acordo com o Regimento em vigor. Este documento fica anexo a esta ata, constituído assim o anexo número um. -----

----- No seguimento da entrega deste documento, o deputado Pedro Rocha referiu que não concorda que este tenha sido apenas entregue nesse dia pois, se tivesse sido entregue antecipadamente todos teriam a possibilidade de preparar as suas intervenções com base nesta informação agora apresentada. Face ao exposto, solicitou à Mesa flexibilidade com os tempos permitidos. O Presidente da Mesa devolve que será rigoroso no cumprimento dos tempos definidos na Lei. -----

----- Tendo sido questionada a pretensão dos deputados e deputadas em tomar a palavra neste ponto, inscreveram-se o deputado Daniel Silva (LIPA) e o deputado Pedro Rocha (PS). -----

----- Tomando a palavra, o deputado Daniel Silva cumprimentou todos os presentes e enalteceu a presença de público. Questionou seguidamente se existem informações atualizadas acerca das obras do cemitério, assim como, do Centro Escolar. -----

----- De seguida, tomou a palavra o deputado Pedro Rocha (PS), cumprimentando também todos os presentes. Continuando, parabenizou a Comissão Social de Freguesia que se tem demonstrado ativa, assim como, pela forma como tem usado as redes sociais para divulgar as ações desenvolvidas. No entanto, reforçou que é preciso fazer mais. Seguidamente questionou se as atas são publicadas no site oficial. Informou que tem estado atento à página da Junta de Freguesia e, uma vez que têm sido divulgadas parcerias questionou se é legal a Junta de Freguesia promover entidades daquela forma. Logo após, partilhou que da análise do Novo Plano de Urbanização da Cidade, publicado pela câmara municipal, consta que as obras do centro escolar de Areosa estão consideradas como prioridade dois. Perguntou se a Junta questionou esta alocação de prioridade. Posteriormente, pediu resposta às

questões que levantou na assembleia anterior, acrescentado a necessidade de obras na Rua da Formiga, pois encontra-se muito degradada. Continuando, informou que já é do conhecimento público que o Centro Social e Paroquial de Areosa (doravante CSPA) apresenta dificuldades em manter em funcionamento a valência Centro de Atividades de Tempos Livres (doravante CATL), pois as condições atuais inviabilizam-na. Considerando que a mesma é percebida como uma valência de especial importância, pediu a intervenção de todas as Associações, Instituições e Coletividades da Freguesia, sugerindo que estes diferentes organismos (a título de exemplo nomeia o CSPA + Executivo da Junta + Fábrica da Igreja) estabeleçam parcerias. Disse ter conhecimento que a Câmara Municipal se disponibilizou para o pagamento de um funcionário experiente para o CATL e que pode, na sua opinião, haver lugar a uma reorganização das despesas dos espaços. Pediu ao Executivo que faça esta coordenação entre as associações que possam colaborar, de forma a resolverem esta situação. -----

----- A Presidente da Junta de Freguesia tomando da palavra, cumprimentou todas as pessoas presentes. Seguidamente, respondendo primeiramente ao deputado Daniel Silva e, reportando-se às obras do cemitério informou que existe um regulamento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), entidade que desempenha um papel consultivo e jurídico fundamental, emitindo pareceres que orientam a aplicação das leis nos cemitérios. Assim, existe uma legislação com cerca de vinte anos, que não estava a ser colocada em prática, mas que atualmente está. No seguimento dessa aplicabilidade, primeiramente tem de ser pedida vistoria ao terreno pretendido para o alargamento do cemitério, para análise e assim verificar-se se o mesmo se encontra em condições. Uma vez que o terreno ainda é da Câmara Municipal e, portanto, ainda não está em nome da Junta de Freguesia, não é possível iniciar o processo. Houve já uma reunião na Câmara Municipal onde se debateu esta situação e a possibilidade da mudança de titularidade do terreno, mas ainda não existe qualquer resposta. Apontou também que a Câmara Municipal ainda não levantou os detritos existentes nesse terreno e ainda há o problema do saneamento. Salientou que a Câmara Municipal tem que se responsabilizar por tudo isto antes da titularidade do terreno passar para a Junta de Freguesia, pois isso implica custos e depois há a dúvida da concretização desta obra, pois está pendente da vistoria. Assim, é necessário que tudo esteja em conformidade, antes da Junta de Freguesia pedir a vistoria ao local. Informou que tem reunião com o Presidente da Câmara Municipal, no próximo dia trinta de abril, e será colocado novamente este assunto em cima mesa. -----

----- Relativamente ao Centro Escolar, disse que a última informação de que dispõe é que as obras arrancam no decorrer do ano de dois mil e vinte e seis. -----

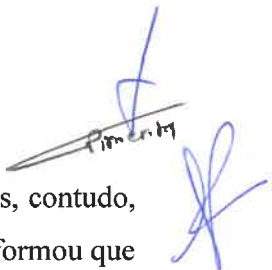
----- Seguidamente passou a responder ao deputado Pedro Rocha. Assim, informou que as atas são públicas e que todas se encontram publicadas no site da Junta de Freguesia. Relativamente às parcerias, informou que foi feita uma única parceria com a Ótica localizada no Intermarché Areosa. Disse que este protocolo existente não tem qualquer custo para a Junta de Freguesia, apenas benefícios para os fregueses e freguesas e que estes devem dirigir-se à Junta de Freguesia para levantar os vales de desconto. Relativamente ao Centro Escolar, informou que na reunião com o Presidente da Câmara no próximo dia trinta de abril vai também colocar este assunto em discussão. Dando continuidade e, em resposta às questões levantadas na última Assembleia pelo deputado, informou que em relação ao Bairro Constantino a situação se mantém igual e, que a Vereadora Carlota informou que para já não há lugar a qualquer intervenção, e, que não intervencionam casas que não pertencem à Câmara Municipal. No que diz respeito às ruas da freguesia, a Presidente da Junta deu nota de que existem inúmeras reclamações e muitas intervenções a fazer. A Rua da Formiga já se encontra sinalizada, referindo os diversos emails trocados com a Câmara Municipal sobre este assunto e todos os outros arruamentos em mau estado. Lamentou a ausência de resposta por parte da Autarquia ou então, a resposta recebida, para que os fregueses andem devagar nesses arruamentos e que primeiro existem outras intervenções a fazer. Informou que foram pedidos vários orçamentos para diversas ruas, como a Rua da Formiga, a Rua do Adro e também São Mamede, tendo passado por cá vários engenheiros. Estão a aguardar os orçamentos para os remeterem à Câmara Municipal, de forma que este problema seja solucionado. -----

----- No que diz respeito à situação do CATL, a Presidente da Junta informou que a Junta de Freguesia recebeu uma carta, no dia trinta e um de março último, a informar do encerramento desta valência, no próximo dia catorze de agosto. Pediu já para se sentar com o Diretor Executivo do CSPA Gaspar Cruz, por considerarem que o assunto é sobejamente importante e delicado. Informou que a Vereadora Carlota agendou uma reunião para o próximo dia sete de maio às dez horas, para debaterem este tema. No que diz respeito às despesas do espaço, devolveu que essa questão não diz respeito à Junta de Freguesia, mas antes, ao CSPA, e que serão estes que devem procurar sentar-se com as associações. No entanto frisou que a Junta de Freguesia está atenta a esta situação. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA (POD) -----

----- O Presidente da Mesa lembrou a necessidade dos deputados e deputadas serem rigorosos no uso do tempo disponível. Reforçou que, neste período, serão tratados apenas os assuntos considerados no Edital de convocatória para esta Assembleia. -----

----- 1. Informação da Presidente da Junta de Freguesia. -----



----- A Presidente da Junta de Freguesia disse primeiramente que trazia muitos assuntos, contudo, alguns deles já tinham sido debatidos anteriormente por esta Assembleia. Continuando, informou que o processo judicial do Senhor Rui Mesquita se encontra muito parado. Foram solicitadas peritagens judiciais das obras afetas ao conflito de interesses, contudo as duas últimas foram desmarcadas, por indisponibilidade do Senhor Rui Mesquita, sendo que a próxima está agendada para o próximo dia quinze de maio. Informou também que a empresa Irmãos Peixoto instaurou uma ação judicial contra a Junta de Freguesia, ressaltando a paciência que esta empresa tem tido, pois são-lhe devidos cento e sessenta e sete mil euros acrescidos dos juros no valor de oitenta e quatro mil trezentos e trinta e cinco euros. Como a Junta de Freguesia não tem como pagar este valor, salientou a necessidade de ocorrer uma decisão judicial em relação ao processo do Senhor Rui Mesquita, ou então uma decisão política. Deste novo processo, já foram liquidadas custas no valor de oitocentos e dezasseis euros e, do processo da empresa Boa Ventura, também foram liquidadas custas no valor de quatrocentos e oito euros. -----

----- 2. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas de 2025. -----

----- A Presidente da Junta de Freguesia passou a apresentar o balanço geral do Relatório de Atividades e Contas do ano de dois mil e vinte e cinco, embora todos já tenham tido acesso a estes documentos atempadamente. De uma forma muito sucinta, fez uma apresentação sumária das receitas, das despesas e do resultado positivo obtido e, que em termos gerais, o balanço é positivo, encontrando-se tudo pago reportando-se a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no entanto apenas há a dívida de dois mil quatrocentos e vinte e sete euros à Fábrica da Igreja de Areosa, relativamente ao protocolo existente aquando das obras da capela mortuária. O pagamento tem sido feito mensalmente, no valor de cem euros, por mútuo acordo. -----

----- Chamou a atenção para as despesas de capital, reforçando o grande esforço que a Junta de Freguesia tem vindo a fazer para continuar a pagar a dívida e manter as contas em dia. -----

----- Terminou então a sua intervenção, referindo que está tudo muito claro e transparente, mas se alguém tiver dúvidas poderá sempre dirigir-se à Junta de Freguesia e fazer as consultas que acharem necessárias. -----

----- Aberto o período das questões, inscrevem-se os deputados Daniel Silva (LIPA) e Pedro Rocha (PS). -----

----- O deputado Daniel Silva deu nota que, comparando este relatório com os anteriores, verifica-se cada vez mais uma melhoria, pois a informação está mais clara e transparente. Opinou que é visível um aumento de rigor nas contas e nas explicações apresentadas para as mesmas. Seguidamente, deixou

um repto ao Executivo e à população para que seja criada uma Associação de Moradores, composta por habitantes dos três lugares da freguesia (Povoença, Meio e Além do Rio), pois como freguesia urbana que somos, na sua opinião, não recebemos da parte da Autarquia o mesmo tratamento que outras freguesias urbanas recebem. Deu nota que Areosa não pode continuar a ser considerada paisagem suburbana. É importante exigir respostas por parte da Câmara Municipal. Abordou também a questão da legalização das sepulturas. -----

----- O deputado Pedro Rocha levantou-se, uma vez mais, para tomar da palavra. Neste momento a deputada Diana Morais, interpelou-o para que se sentasse, uma vez que, estando de pé, vedava o acesso visual daquela para os restantes presentes, assim como, ficava a comunicar de costas para os restantes deputados, ao que lhe é respondido, ser da sua preferência ficar em pé enquanto fala. Posto isto, o deputado reportando-se à execução orçamental, verificou uma redução de receitas em setenta por cento relativamente à gerência anterior e que a execução do plano foi de treze por cento, apesar das três alterações à receita e oito alterações à despesa. Deu nota que, se não existem projetos não há dinheiro que venha da Câmara Municipal. Contudo felicitou o facto de constatar que foi feita uma gestão responsável, não havendo gastos superiores ao previsto. Finalizou questionando qual será a estratégia adotada pelo Executivo na resolução da dívida existente. -----

----- A Presidente da Junta de Freguesia tomando da palavra, começou por responder ao deputado Daniel Silva. Assim, informou que já foi efetuado levantamento da necessidade de sinalética na freguesia e que já foi aprovado pela Câmara Municipal, esclarecendo que nova sinalização é da responsabilidade da Câmara Municipal, mas que a manutenção da existente é responsabilidade da Junta de Freguesia. Informou que relativamente à legalização de sepulturas e conseqüente levantamento dos seus herdeiros é um trabalho muito complexo, mas que o Executivo tem trabalhado afincadamente e diariamente nesse assunto. É um trabalho que não se faz rapidamente, que carece de pesquisa, realização e afixação de editais, aguardar que os herdeiros se desloquem ou não à Junta de Freguesia a fim de legalizar as suas sepulturas ou manifestarem outra vontade relativamente a elas e, só depois, deste processo todo é que a Junta de Freguesia as pode vender. -----

----- Em resposta ao deputado Pedro Rocha, a Presidente da Junta de Freguesia informou que, como já explicado anteriormente, as dívidas são arrastadas de um ano para o outro. Referiu que já explicou sobejamente esta situação e manifesta desgaste sobre a necessidade de estar sempre a procurar esclarecer o mesmo. Lembrou que a contabilidade pública não é igual há existente nas empresas. Propôs ao deputado Pedro Rocha que, se preferir, pode solicitar à contabilista da Junta de Freguesia,

que é técnica especializada em contabilidade pública, uma sessão de esclarecimento, para que assim entenda definitivamente. -----

----- O deputado Pedro Rocha disse que talvez a Presidente da Junta de Freguesia não tenha entendido bem a questão por ele colocada, pois o que pretendia saber era a estratégia que a Junta de Freguesia iria utilizar para resolver o problema da dívida, referindo que não precisava de nenhuma explicação do contabilista e aqui sim, concordava com o deputado Daniel Silva relativamente ao documento ser claro. -----

----- A Presidente da Junta de Freguesia respondeu que já informou quais as duas possibilidades de resolução da questão, ou passa por uma decisão judicial relativamente ao processo do Senhor Rui Mesquita ou passa por uma solução política, salientando que a Câmara Municipal tem que resolver, pois tudo isto aconteceu na Câmara Socialista. Reitera também que a Junta de Freguesia se encontrava nesta situação por causa de uma Junta PS. Esclareceu que foram os comportamentos do Senhor Rui Mesquita que levaram ao endividamento da Junta de Freguesia, ressaltando que, a Câmara Municipal já tinha dado esses valores agora em dívida, mas não à Junta de Freguesia que era a entidade correta para os receber. De seguida, reforçou que a freguesia não tem parques de campismo ou parques de autocaravanas que lhe permitiam ter receitas próprias. -----

----- Neste momento, a Presidente da Junta de Freguesia, solicitou que ficasse em ata que, ela, agora Presidente da Junta de Freguesia já fazia parte do último Executivo, no entanto este problema não surgiu nesse Executivo, mas sim no anterior do qual ela não pertencia. -----

----- O deputado Pedro Rocha fez expressar, no seguimento dos esclarecimentos prestados pela Presidente da Junta, que o executivo não tem qualquer plano para resolver o problema da dívida, para além de uma decisão judicial ou da câmara municipal. -----

----- O deputado Daniel Silva, referindo que é socialista, deu nota que está como testemunha no processo judicial do Senhor Rui Mesquita, apesar deste senhor fazer parte das suas relações, no entanto sabe “separar as águas”. Continuando disse que, em relação às contas da Junta de Freguesia, verificou nessa altura a existência de uma disparidade de valores, pois os orçamentos estavam sobrevalorizados com valores na ordem dos oitocentos mil euros a um milhão de euros, quando a execução não atingia sequer os trezentos mil euros. Assim, fez o que lhe competia, denunciar a situação. Partilhou com os presentes que não compreendia como a obra da POLIS, na Praia Norte, foi considerada como obra da Junta de Freguesia. Deu nota que, enquanto deputado da Assembleia de Freguesia e diretor do Grupo Desportivo do Areosense, fez uma proposta de resolução da dívida à Câmara Municipal, relativa à venda do campo de jogos do Areosense e que, até à data, não obteve qualquer resposta. Interpelou o

deputado Pedro Rocha para que seja esse elo de ligação entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, como já se propôs ser várias vezes, para apressar esta situação, acrescentando que o deputado Pedro Rocha lembre o Presidente da Câmara que falta, da parte dele, uma resposta à Junta de Freguesia e a ele próprio (Daniel Silva). -----

----- A Presidente da Junta de Freguesia referiu que já falou com o Presidente da Câmara sobre esta possibilidade do Campo de Futebol, mas não teve qualquer sucesso, pois o Presidente da Câmara Municipal não tem como levar este assunto a reunião de Câmara. Salientou que, na reunião do próximo dia trinta de abril com o Presidente da Câmara, pretendia levar uma nova proposta sobre formas alternativas de aquisição do campo de jogos por parte da Câmara. Reforçou que, se esta situação se concretizasse, a Junta de Freguesia já trabalharia com muita mais estabilidade. -----

----- A deputada Diana Morais, tomando da palavra, cumprimentou todas as pessoas presentes, sendo que esta era a sua primeira presença nas sessões da Assembleia de Freguesia. Partilhou que, daquilo que ouviu hoje, foi visível que a Junta de Freguesia está a fazer um esforço, mas que o mesmo é insuficiente. Questionou que, havendo dois cenários para solucionar o problema, gostaria de tentar perceber, no caso de não haver solução política, quais as consequências a curto e médio prazo. -----

----- A Presidente da Junta de Freguesia informou que os dois processos judiciais têm o Presidente da Câmara como testemunha, a Presidente da Junta de Freguesia não tem qualquer responsabilidade e está meramente como testemunha e que, no limite, a Câmara Municipal, fará um plano de pagamento e vai pagando. A Presidente da Junta, deu ainda o exemplo da solução que a Câmara Municipal avançou com a aquisição das piscinas na freguesia de Vila Nova de Anha, que poderia ser replicado em Areosa com aquisição do campo de jogos. -----

----- O deputado Daniel Silva, também respondendo à Deputada Diana, partilhou informação técnica no sentido de esclarecer que, se a Junta não pagar as dívidas, é nomeado um agente de execução que congela as contas da Junta de Freguesia e de seguida penhora os bens, sendo que o maior bem da Freguesia é precisamente o Campo de Futebol. Referiu ainda, reforçando o que tinha explanado anteriormente, que embora a solução acabava por ser a mesma, resultaria num processo mais oneroso e demorado, então desse modo, seria preferível que a Câmara Municipal antecipasse essa situação. ---

----- Ainda o deputado Pedro Rocha, informou que quer ele, quer os restantes deputados eleitos pelo PS, estão de braços abertos para ajudar, desde que o Executivo solicite essa ajuda. -----

----- Terminada a discussão, foi realizada a votação do Relatório de Atividades e Contas de 2025. Estes documentos foram aprovados por maioria, com: -----

F. Pimenta
[Signature]

----- Votos a favor: cinco (três votos da LIPA e dois votos da AD – Coligação PSD/CDS); -----

----- Abstenções: quatro (três do PS e uma do Partido CHEGA). -----

----- 3. Apresentação, apreciação e votação do Modelo – 1 Divulgação do Inventário do Património. -----

----- A Presidente da Junta de Freguesia procedeu à apresentação do documento. -----

----- O deputado Pedro Rocha tomando da palavra, deu nota que alguns dos bens estão no armazém da Junta de Freguesia e mencionou a verba considerada no orçamento para obras no armazém. Considerando que o armazém não vem na listagem, questionou como é feita esta gestão. -----

----- A Presidente da Junta de Freguesia esclareceu que o armazém diz respeito a uma garagem no infantário e que o mesmo não é propriedade da Junta de Freguesia. As referidas obras no armazém referem-se apenas à intervenção na parte elétrica. -----

----- Terminada a apreciação deste documento, procedeu-se à votação. Aprovado por maioria, com: -----

----- Votos a favor: oito (três votos da LIPA, dois votos da AD – Coligação PSD/CDS, dois votos do PS e um voto do Partido CHEGA). -----

----- Abstenções: uma do PS. -----

----- 4. Apresentação, apreciação e votação do Orçamento 1ª Alteração Modificativa – Modificação Ano de 2026 – Mapa de Modificações das Grandes Opções do Plano para o ano financeiro de 2026. -----

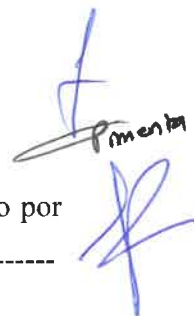
----- A Presidente da Junta de Freguesia passou a explicar o objetivo da aquisição. -----

----- O deputado Daniel Silva questionou se o sistema de compra vai ser idêntico ao da carrinha. -

----- A Presidente da Junta de Freguesia devolveu que vai ser em sistema de leasing e na reunião do próximo dia trinta de abril tomar-se-á conhecimento se a Câmara Municipal vai fazer um plano de pagamentos a seis meses. -----

----- O deputado Pedro Rocha questionou se o valor assumido para a aquisição não pode ser alocado ao pagamento da dívida. -----

----- A Presidente da Junta prestou os devidos esclarecimentos. -----



----- Terminada a apreciação, procedeu-se à votação deste documento, o qual foi aprovado por maioria, com: -----

----- Votos a favor: sete (três votos da LIPA, dois votos da AD – Coligação PSD/CDS, um voto do PS e um voto do Partido CHEGA); -----

----- Abstenções: duas do PS. -----

----- 5. Apresentação, apreciação e votação do Regulamento da Organização dos Serviços da Junta de Freguesia de Areosa. -----

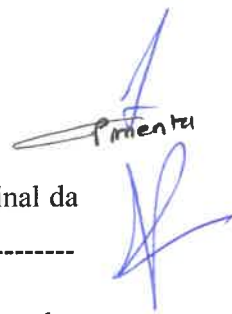
----- A Presidente da Junta de Freguesia procedeu à explicação do documento do Regulamento proposto. Deu conhecimento da necessidade da figura de Coordenador Técnico, dando nota que, embora essa figura já exista na Junta de Freguesia há vinte e nove anos, está sem a categoria profissional e o salário correspondente. -----

----- A deputada Diana Morais parabenizou o Executivo pela criação deste Regulamento. Deu o seu *feedback*, no sentido de assegurar que percebeu a necessidade existente da figura da Coordenação Técnica. -----

----- A Presidente da Junta de Freguesia esclareceu as categorias existentes. Acrescentou que este documento foi criado em conjunto com a Câmara Municipal, que a categoria e o salário vão ser atualizados e que, embora esta atualização salarial não se encontre refletida no presente orçamento, será efetuada a devida retificação orçamental. -----

----- O deputado Pedro Rocha reconheceu a importância deste Regulamento, contudo, manifesta que, no seu entendimento, o mesmo ainda não está pronto para ser levado a votação. Explicou que na sua perspetiva, este documento é uma cópia do regulamento do município, que tem uma realidade e dimensão muito diferente à da Freguesia de Areosa ao nível dos recursos humanos, assim como não é claro quais são os serviços que são realizados por externos à Junta de Freguesia. Referiu no seguimento, que poderia ser benéfico melhorar a redação do documento apresentado. Finalizando, propôs o adiamento da votação, tendo nesse momento, feito chegar à Mesa uma proposta de adiamento por escrito, que fica anexo a esta ata (constituindo assim o anexo número dois). -----

----- O Presidente da Mesa, referiu que de acordo com o regimento da freguesia, este documento deveria ter sido entregue com cinco dias de antecedência da data de realização da Assembleia de Freguesia. Pese embora não permitir desvios à Ordem do Dia, assumiu que iria aceitar a leitura e a anexação do referido documento à ata, embora efetivamente se iria proceder à sua votação. A pedido



do deputado Pedro Rocha, efetuou a leitura do pedido de adiamento, voltando a reforçar no final da mesma, que o documento iria ser mesmo levado a votação. -----

----- A Presidente da Junta de Freguesia esclareceu que o Regulamento não é o espelho dos recursos humanos da Câmara Municipal, é aliás, muito semelhante ao de outras Juntas de Freguesia. Realçou que, para a redação deste tipo de documento é necessário um conhecimento muito aprofundado do organograma da Junta de Freguesia e que a maioria dos deputados não possui esse conhecimento. -----

----- A deputada Lara Gomes sugeriu a criação de um grupo de trabalho para se analisar e debater este Regulamento. -----

----- O deputado Daniel Silva considerou que, à semelhança das alterações ao Regimento da Assembleia, também para a correção deste Regulamento é necessário que se apresentem propostas de correção ou melhoria. Interpelou o deputado Pedro Rocha pois não ouviu, no seu pedido de adiamento da votação, qualquer correção ou melhoria a fazer. -----

----- A deputada Lara Gomes reforçou o pedido de agendamento de uma reunião para se trabalhar em conjunto. -----

----- Tomando novamente da palavra, o deputado Daniel Silva esclareceu que existem gastos associados às comissões de trabalho, nomeadamente os custos das senhas de presença. Por esse motivo, concorda com a criação de grupos de trabalho desde que os mesmos não obriguem ou representem despesa para a Junta de Freguesia. -----

----- Face a esta última intervenção, a deputada Lara Gomes, esclareceu que não está nesta posição pelas senhas de presença e que se todos trabalharem, em conjunto e no tempo certo, o documento ficaria mais rico e não havendo lugar a custos. -----

----- A Presidente da Junta de Freguesia concordou com a realização desta reunião de trabalho, contudo pediu para serem objetivos e que tragam desde logo matéria concreta para os pontos que querem ver discutidos. Terminando, deixou bem claro que os regulamentos são exaustivos a fim de que tudo fique bem explícito e transparente. -----

----- Terminada a apreciação deste documento, procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovado por maioria, com: -----

----- Votos a favor: cinco (três votos da LIPA e dois votos da AD- Coligação PSD/CDS); -----

----- Votos contra: dois do PS; -----

----- Abstencões: duas (uma do PS e outra do Partido CHEGA). -----

----- Terminada a votação, as deputadas Lara Gomes e Sandra Mina, ambas eleitas pelo PS, manifestaram intenção de Declaração de Voto. Considerando que apenas a deputada Lara Gomes procedeu à entrega da mesma, por escrito, no período estipulado pelo artigo 38º do Regimento, apenas essa declaração de voto foi considerada, ficando anexa a esta ata (constituindo assim o anexo número três). -----

----- 6. Apresentação, discussão e votação do Mapa de Pessoal – Ano de 2026. -----

----- A Presidente da Junta de Freguesia procedeu aos esclarecimentos relativamente às mudanças verificadas ao Mapa de Pessoal. Referiu assim, a mudança de categoria de Coordenadora Técnica. ---

----- A deputada Lara Gomes disse ter sido informada que o horário dos CTT é insuficiente. Questionou se é possível alargar o mesmo. -----

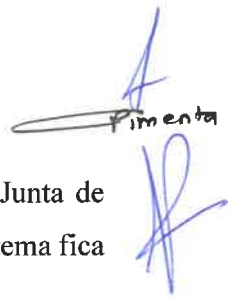
----- A Presidente da Junta de Freguesia esclareceu que o serviço dos CTT já teve horário completo na Junta de Freguesia, mas que por imposição daquele organismo passou para meio tempo, não sendo possível de todo, o seu alargamento. -----

----- A deputada Lara Gomes questionou a Junta de Freguesia se nestas condições se justifica manter o serviço. A Presidente da Junta prontamente devolveu que, entre não ter qualquer horário de serviço de CTT ou ter horário a meio tempo, parece-lhe melhor para os fregueses e as freguesas que se mantenha este serviço a meio tempo. -----

----- O deputado Daniel Silva recomendou aos deputados e deputadas que, se têm queixas sobre o serviço dos CTT, as devem redigir e remeter para os CTT, pois desta forma a Junta de Freguesia ganha força ao solicitar o alargamento de horário do serviço. Referiu também que a Junta de Freguesia precisa de funcionários, mas que o aumento de pessoal carece de aprovação do governo e que talvez fosse pertinente a Câmara Municipal enviar algum do seu pessoal excedente para trabalharem na Junta de Freguesia. -----

----- A Presidente da Junta de Freguesia, continuando esclareceu que os horários estão coordenados com os próprios CTT, que não é tão linear proceder-se a uma mudança como se pode pensar. -----

----- O deputado Paulo Fernandes referiu que, para fazer o levantamento de uma carta, a funcionária poderia sempre facilitar. -----



----- A Presidente da Junta de Freguesia esclareceu que as cartas que dão entrada na Junta de Freguesia ficam registadas em sistema e, que fora do horário definido para esse serviço, o sistema fica vedado, portanto não sendo assim possível a entrega de qualquer carta fora do horário. -----

----- Ainda sobre este propósito, a deputada Lara Gomes, comentou que agradece o facto da sua morada fiscal não se encontrar registada na freguesia de Areosa. -----

----- Terminada a discussão, procedeu-se à votação do Mapa de Pessoal – Ano 2026, tendo sido aprovado por maioria, com: -----

----- Votos a favor: sete (três votos da LIPA, dois votos da AD – Coligação PSD/CDS, dois votos do PS); -----

----- Abstenções: duas (uma do PS e outra do Partido CHEGA). -----

----- 7. Intervenção do Público (PIP). -----

----- Após as inscrições, a freguesa Andreia Pereira tomou a palavra, começando por cumprimentar todas as pessoas presentes. De seguida, partilhou com os presentes que, sendo mãe de duas crianças menores, marcou a sua presença nesta Assembleia de Freguesia para dar conhecimento do encerramento do CATL a catorze de agosto do corrente ano. Referiu que diligenciou já vários contactos no sentido de informar o maior número de pessoas possível, inclusive a Junta de Freguesia, do conteúdo da reunião levada a cabo com os pais e mães das crianças que frequentam o CATL. Dirigiu um agradecimento ao Executivo, por este ter já conseguido agendamento de reunião com a Câmara Municipal para o próximo dia sete de maio afim deste assunto ser debatido. Seguidamente, procedeu à leitura do email que enviou às entidades competentes, que fica anexo a esta ata (constituindo assim o anexo número quatro). Finda a leitura do mesmo, solicitou aos deputados eleitos que se unam para apoiarem a resolução desta situação. Remeteu três perguntas para as quais não pretendia resposta, solicitando apenas que se refletisse sobre elas: 1ª – “de que forma a Junta de Freguesia se relaciona com as crianças e jovens da freguesia e as cativa?” 2ª – “o que diferencia a freguesia de Areosa em comparação com outras?” e 3ª – “o que faz a Junta para reter os fregueses e captar mais?”. -----

----- O freguês Gaspar Cruz, na qualidade de Diretor Executivo do CSPA, pediu a palavra para explicar o que justifica o encerramento da valência. Partilhou que nas visitas de acompanhamento, a Segurança Social tem dado nota que as instalações não reúnem condições para funcionar em segurança. Partilhou também com os presentes que a valência CATL representa um prejuízo de sete mil euros ao CSPA. Relembrou que já no tempo do Presidente José Maria Costa, se falava no encerramento, porém na expectativa de abertura do Centro Escolar foram protelando esta decisão. Defendeu que o CATL



deve ser uma responsabilidade assumida pelas escolas e, se estas estão entregues à Câmara Municipal deve ser esse organismo a responsabilizar-se. Por último, partilhou também que o quadro de pessoal do CSPA é um problema, pois têm muita dificuldade em encontrar mão de obra. -----

----- O freguês Luís Santos, na qualidade de membro da direção do CSPA, solicitou também a palavra para deixar claro que a Direção quer dar resposta ao maior número de necessidades da freguesia. Porém, questionou se é ético e positivo manter uma resposta que não oferece segurança. Pretendia deixar bem claro que a preocupação máxima eram as crianças. -----

----- A Presidente da Junta de Freguesia tomou a palavra devolvendo informação sobre o assunto e, deixa no ar, se a questão da segurança das crianças só é colocada em causa quando estão no CATL, uma vez que outras atividades são desenvolvidas com crianças nas mesmas instalações. -----

----- A Secretária da Mesa, Teresa Lopes, parabenizou a freguesa Andreia Pereira pela cidadania ativa e reforça a interpelação que foi feita aos deputados eleitos e ao Executivo. -----

----- O deputado Daniel Silva reforçou a parabenização dirigida à freguesa Andreia Pereira e sugeriu a esta, que dê origem a um abaixo assinado para esse fim (CATL), o qual terá todo o gosto em assinar. -----

----- O Presidente da Mesa reforçou que a cidadania é participativa e pertence a todos e que mais do que um dever cívico, cabe a cada um de nós ativamente envolver-se nos problemas que afetam o nosso território e em conjunto propor e desempenhar um papel dinâmico e atuante, na resolução dos mesmos. -----

----- 8. Leitura, apreciação e votação da ata em minuta. -----

----- Feita a leitura da ata em minuta, colocada à consideração e votação da Assembleia de Freguesia, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

----- A Presidente da Junta de Freguesia informou que todos os documentos têm de ser remetidos, imperativamente no dia seguinte para o Tribunal de Contas e alerta para a necessidade de todos os deputados e deputadas assinarem todos os documentos hoje apresentados, discutidos e votados. -----

----- Nada mais havendo a acrescentar, deu-se por encerrada a sessão pelas vinte e três horas e quarenta e dois minutos. -----

----- Nos termos do número três do artigo 57.º do Anexo I à Lei número 75/2013, de doze de setembro, e do número três do artigo 4.º do Regimento da Assembleia de Freguesia, elaborou e subscreveu. -----

O Presidente da Assembleia




(João José Ribeiro de Azevedo)

A Primeira Secretária



(Anabela Maria Abreu Ramos Seixas Pimenta)

A Segunda Secretária



(Teresa Raquel de Castro Cerqueira Lopes)